

PROCESSO N.º 104/2020.
CARTA CONVITE N.º. 003/2020.
EDITAL N.º. 078/2020.

PREÂMBULO

A PREFEITURA MUNICIPAL DE TARUMÃ, com sede na Rua Aroeira, 482, Vila das Arvores, telefone/fax (18) 3373-4500, através da UGB Suprimentos - Licitações, FAZ SABER a todos os interessados que, atendendo à Requisição de Compras emitida pela Secretaria Municipal de Governo e Fundo Municipal de Aposentadoria e Pensão de Tarumã realizará Licitação, do tipo **MENOR PREÇO GLOBAL**, nos termos das diretrizes contidas na Lei Federal nº 8666/93, de 21 de junho de 1993, e posteriores alterações, bem como pelas condições estabelecidas neste Edital de **CARTA CONVITE**, objetivando a Contratação de pessoa jurídica especializada na prestação de serviços de consultoria e assessoria em administração pública e jurídica, conforme o ANEXO I (Termo de Referência) e ANEXO IV (Memorial Descritivo), que é parte integrante deste, com recebimento dos envelopes nº I – “HABILITAÇÃO” (Documentação) e nº II – “PROPOSTA COMERCIAL”, nos dias úteis e horários de expediente, das 8h00min às 16h00min, e até às **14h30 do dia 10 de julho de 2020**.

I - DO OBJETO

1. O objeto da presente licitação é a **Contratação de pessoa jurídica especializada na prestação de serviços de consultoria e assessoria em administração pública e jurídica**, conforme descrição contida no ANEXO I – Termo de Referência e ANEXO IV - Memorial Descritivo dos Serviços.

II - DAS MICRO-EMPRESAS E EMPRESAS DE PEQUENO PORTE

2.1. - Para obter os benefícios da Lei Complementar nº. 123/06, a qualidade de microempresa ou empresa de pequeno porte deverá requerer por expresso, nos termos do disposto no artigo 72 da referida Lei Complementar Nº. 123/06, bem como apresentar **CERTIDÃO DA JUNTA COMERCIAL** ou pelo **Cartório de Registro Civil**, conforme o caso.

2.2. - Para se enquadrar na condição de microempresa ou empresa de pequeno porte, a sociedade empresária, a sociedade simples e o empresário a que se refere o artigo 966 da Lei nº. 10.406/02, devidamente registrados no Registro de Empresas Mercantis ou no Registro Civil de Pessoas Jurídicas, deverão cumprir as disposições do artigo 3º da Lei Complementar nº. 123/06, além de, não incorrer em nenhuma das exceções contidas nos incisos I a X do § 4º do artigo 3º da Lei Complementar nº. 123/06.

2.3. Ficam desde já advertidos os licitantes que a prática de qualquer ato no sentido de admitir que sua entidade empresarial é empresa de pequeno porte ou microempresa a fim de obter tratamento diferenciado no certame, quando não se enquadrar nos termos do artigo 3º da Lei Complementar nº. 123/06, ou quando estiver inserida nas situações elencadas nos incisos I a X do § 4º do artigo 3º da Lei Complementar nº. 123/06, constitui fraude à realização de ato do procedimento licitatório, sujeitando o infrator às penalidades previstas no artigo 93 da Lei nº. 8.666/93.

2.4. No presente certame licitatório será assegurado, como critério de desempate, preferência de contratação para as microempresas e empresas de pequeno porte.

2.5. Entende-se por empate, aquelas situações em que as propostas apresentadas pelas microempresas e empresas de pequeno porte sejam iguais ou até 10% (dez por cento) superiores à proposta mais bem classificada.

2.6. Para efeito do disposto nos itens 2.4. e 2.5., ocorrendo o empate, proceder-se-á da seguinte forma:

2.7. A microempresa ou empresa de pequeno porte mais bem classificada poderá apresentar proposta de preço inferior àquela considerada vencedora do certame, situação em que será adjudicado em seu favor o objeto licitado;

2.8. Não ocorrendo a contratação da microempresa ou empresa de pequeno porte, na forma do item 2.7., serão convocadas as remanescentes que porventura se enquadrem na hipótese do item 2.5., na ordem classificatória, para o exercício do mesmo direito;

2.9. No caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.

2.10. Na hipótese da não-contratação nos termos previstos nos itens 2.4. e seguintes, o objeto licitado será adjudicado em favor da proposta originalmente vencedora do certame.

2.11. O disposto neste item 2.6. somente se aplicará quando a melhor oferta inicial não tiver sido apresentada por microempresa ou empresa de pequeno porte.

2.12. A microempresa ou empresa de pequeno porte mais bem classificada será convocada para apresentar nova proposta no prazo máximo de 05 (cinco) minutos, sob pena de preclusão.

III - APRESENTAÇÃO E CONTEÚDO DOS ENVELOPES:

3. Do recebimento dos envelopes:

3.1. Os envelopes, constituídos de Habilitação (Documentação) e Proposta Comercial, deverão ser entregues no Setor de Protocolo da PREFEITURA MUNICIPAL DE TARUMÃ, sito à Rua Aroeira, n.º 482 – Vila das Árvores – Tarumã/SP, **até 14h30 do dia 10 de julho de 2020, tendo a sua abertura às 14h40 do dia referendado;** em envelopes fechados e não transparentes contendo em suas partes externas os seguintes dizeres:

A/C Comissão Municipal de Licitações:

Nome da Proponente

Endereço Completo da Proponente

Processo nº. 104/2020

Carta Convite nº. 003/2020

O primeiro com subtítulo: **Envelope nº. I - "DOCUMENTAÇÃO".**

O segundo com subtítulo: **Envelope nº. II - "PROPOSTA COMERCIAL".**

3.2. **NO ENVELOPE Nº. I – “HABILITAÇÃO”** (Documentação) **deverá conter os seguintes documentos devidamente autenticados:**

a) Registro comercial, no caso de empresa individual;

b) Ato constitutivo, estatuto social, **contrato social ou sua consolidação** e posteriores alterações contratuais, devidamente registradas na junta comercial e, em vigor e, no caso de sociedade por ações, estatuto social, ata do atual capital social acompanhado da ata de eleição de sua atual administração, registrados e publicados;

3.8.1. Serão rejeitadas de forma parcial ou total, as propostas ou itens ilegíveis e que contenham rasuras;

3.8.2. Serão consideradas desclassificadas as propostas que não forem elaboradas de forma clara, inconfundível e em perfeita concordância com o presente Edital, ou que:

a) Revelarem-se excessivas ou manifestamente inexeqüíveis;

b) Oferecerem vantagens não previstas neste Edital;

c) Apresentarem preços globais ou unitários simbólicos, ou irrisórios, ou ainda, de valor igual a zero;

3.9. A proposta depois de aberta se acha vinculada a licitação pelo seu prazo de validade, não sendo admitidas quaisquer inclusões ou alterações no sentido de se sanar falhas ou omissões, assim como não será permitida a sua retirada ou desistência por parte da proponente;

3.10. A proposta deverá ser entregue ou enviada pelo interessado ao Departamento de Licitação aos cuidados da Comissão Municipal de Licitações da PREFEITURA MUNICIPAL DE TARUMÃ, sito a Rua Aroeira, nº. 482 – Vila das Árvores, **até às 14h30 do dia 10 de julho 2020.**

3.11. Nos preços deverão estar inclusos todos os custos e despesas decorrentes de impostos e taxas devidos a quaisquer órgãos federais, estaduais, municipais, bem como os encargos trabalhistas, previdenciários, securitários, entre outros.

IV – DA ABERTURA DOS ENVELOPES

4. Recebidos os envelopes, no horário designado, a COMUL - Comissão Municipal de Licitação passará à fase de Habilitação.

4.1. Aberto o envelope I - Habilitação (Documentação), os documentos serão rubricados pela Comissão e pelos licitantes presentes.

4.2. A seguir, a Comissão decidirá verbalmente, bem como fará constar da Ata de Abertura, sobre a habilitação dos concorrentes, considerando-se automaticamente inabilitado aquele que deixar de apresentar a documentação exigida no item 4.1.

4.3. Aos declarados inabilitados, serão imediatamente comunicados, abrindo-se prazo recursal.

4.4. A seguir, a Comissão abrirá e apreciará o conteúdo dos envelopes das propostas, rubricando cada folha, e colhendo rubrica dos licitantes presentes, os quais poderão, igualmente, examinar as propostas dos concorrentes.

4.5. Nenhum adendo às propostas será permitido nesta fase.

4.6. Serão desclassificadas as propostas que não atendam as exigências do ato convocatório da Licitação.

4.7. Não será admitida, sob pretexto algum, qualificação ou substituição das propostas ou de qualquer documento.

4.8. Terminada esta fase, a Comissão dará por encerrada a sessão de abertura das propostas, lavrando ata circunstanciada, a qual será firmada pela Comissão e pelos presentes.

V- JULGAMENTO

5. O critério de julgamento será o de **menor preço global do lote**. Nesta fase serão desclassificadas as propostas que não satisfaçam integralmente ao estabelecido na presente Carta Convite.

VI - REAJUSTE DE PREÇOS

6. Os preços serão fixos e irredutíveis.

VII – DO DIREITO DE RECURSO

7. Dos atos praticados pela Comissão Municipal de Licitações – COMUL, no processamento da Licitação, cabem recursos hierárquicos nas formas e prazos estabelecidos pelo artigo 109 da Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações.

VIII - DA FORMA E PRAZO DE INÍCIO DA PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS

8. Os serviços serão prestados de acordo com o cronograma, com início no prazo máximo de 05 (cinco) dias, contados do recebimento da ordem de serviço emitida pelo departamento municipal competente.

8.1. O objeto da presente licitação, somente será recebido se não houver a constatação de qualquer irregularidade. Em havendo irregularidades a contratante poderá:

a) Se disser respeito à especificação, rejeitá-lo no todo ou em parte, determinando sua substituição, sem prejuízo das penalidades cabíveis, no prazo máximo de 03 (três) dias, contados da notificação por escrito, mantidos os termos de negociação contratados inicialmente;

b) Se disser respeito à diferença de quantidade ou de partes, determinar sua complementação, sem prejuízo das penalidades cabíveis, no prazo máximo de 03 (três) dias, contados da notificação por escrito, mantidos os termos de negociação contratados inicialmente.

8.3. Correrão por conta da empresa vencedora todas as despesas e demais encargos decorrentes da prestação dos serviços.

IX - DA CONDIÇÃO DE PAGAMENTO

9. Para o item condição de Pagamento, deverá, para elaboração da proposta, ser considerado o que segue:

9.1. O pagamento será efetuado mensalmente, após o recebimento dos respectivos serviços, mediante emissão de Nota Fiscal ou Recibo, devidamente entregue e lançada junto ao Almoxarifado Municipal, conferida e assinada pela unidade a que se destina, juntamente com relatório dos serviços prestados, encaminhado para tramitação do Processo de instrução e liquidação junto ao Departamento de Contabilidade, no prazo de até dez dias úteis.

9.2. Não será admitida proposta com condição de pagamento ANTECIPADO ou de prazo contado da data de EMISSÃO da Nota Fiscal;

9.3. A Prefeitura não efetuará pagamento através de transferência bancária;

9.4. Somente serão efetuados pagamentos aos licitantes que não possuam dívida de qualquer natureza e/ou espécie junto à Fazenda Municipal de Tarumã, mediante apresentação de Certidão Negativa de Débitos.

X – DAS DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS

10. As despesas decorrentes da presente Licitação ocorrerão por conta das Dotações Orçamentárias (recurso próprio e do FUMAP):

02.02 - 04.122.0001.2102 – 3.3.90.39 – **40** – Outros Serviços Terceiros Pessoa Jurídica
02.09 - 09.272.0012.2018 – 3.3.90.39 – **833** – Outros Serviços Terceiros Pessoa Jurídica

XI - DAS SANÇÕES POR INADIMPLÊNCIA

11. Caso se verifique o descumprimento de quaisquer umas das cláusulas contidas no Termo de Contrato, bem como à Cláusula XI do Edital de Chamamento, sem prejuízo do disposto no parágrafo primeiro do artigo 86 da Lei nº 8.666/93, e suas alterações, sujeitará o contratado à multa calculado à ordem de 0,08%, calculada sobre o valor original do contrato, por dia de atraso da obrigação não cumprida.

11.1. O valor da multa será automaticamente descontado de pagamento a que o adjudicatário tenha direito, originário de fornecimento anterior ou futuro, atualizado a data do efetivo pagamento.

11.2. Não havendo possibilidade dessa forma de compensação, o valor da multa atualizado, deverá ser pago, pelo inadimplente na Prefeitura Municipal. Na ocorrência do não pagamento, o valor será inscrito em dívida ativa para cobrança judicial.

11.3. No caso de reincidência da falta, o contrato será declarado rescindido, e a contratada declarada inidônea, sendo a declaração de inidoneidade publicada em jornal local.

11.4. A licitante estará ainda sujeita às demais penalidades previstas na Lei 8.666/93 e posteriores alterações.

XII – DO CONTRATO

12. A recusa injustificada do licitante vencedor do certame em assinar o contrato, aceitar ou retirar o instrumento equivalente, dentro do prazo de 05 (cinco) dias úteis contados da data do recebimento da Convocação para Assinatura do Termo de Contrato, caracteriza o descumprimento total da obrigação assumida, sujeitando-se, sem prejuízo das demais sanções previstas nos incisos III e IV do artigo 87 da Lei nº. 8.666/93 e suas alterações.

12.1. O Termo de Contrato oriundo deste Processo de Licitação terá vigência até dia 31 de dezembro de 2020, a contar da data de assinatura do termo de contrato.

12.2. A critério exclusivo da Contratante este contrato poderá ser prorrogável por iguais períodos, devendo sua vigência total se limitar ao prazo definido ao inciso II do artigo 57 da lei nº. 8.666/93, atualizada;

12.3. Toda prorrogação contratual se fará mediante formalização de termo aditivo a contrato.

12.4. A licitada será obrigada a manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações por ela assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas no presente edital.

XIII – OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

13.1. A licitante será obrigada a manter, durante toda a execução do contrato, compatibilidade com as obrigações por ela assumidas, e todas as condições de habilitação e qualificação exigidas no presente edital.

13.2. Por ocasião do cumprimento do ajuste, o vencedor se obriga a fornecer o documento fiscal respectivo em duas vias, bem como a planilha dos serviços realizados (medição).

13.3. Após o recebimento da última parcela de pagamento o proponente vencedor deverá apresentar no prazo máximo de 30 (trinta) dias a Certidão Negativa de Débito – CND do serviço.

13.3.1 A não apresentação da CND dos serviços no prazo acima determinado implicará na aplicação das penalidades previstas no item 10 do presente edital.

13.4. A licitante vencedora deverá fornecer todo o pessoal necessário à realização dos serviços, ficando sob sua responsabilidade todos os encargos e obrigações sociais e trabalhistas, obrigando-se a saldá-los na época certa, vez que seus empregados não manterão nenhum vínculo empregatício com a municipalidade.

13.5. Comparecer sempre que solicitada a Secretaria Municipal de Governo, órgão controlador e fiscalizador dos serviços, em horário por esta estabelecido, a fim de receber instruções e acertar providências.

13.6. É de responsabilidade da contratada, arcar com todo e qualquer dano eventual que venha a ocorrer no âmbito da prestação dos serviços.

13.7. Providenciar no prazo de 05 (cinco) dias a correção, às suas expensas, de deficiências e / ou irregularidades apontadas pela Contratante.

13.8. A contratada deverá no ato da assinatura do Termo Contratual, assinar o Termo de Ciência e Notificação para remessa de ajustes ao Tribunal de Contas do Estado em cumprimento as instruções para acompanhamento de todos os atos da tramitação processual, até julgamento final e sua publicação.

XIV - DISPOSIÇÕES GERAIS

14. Não serão aceitas propostas enviadas via FAC-SÍMILE, TELEX ou E-MAIL.

14.1. Serão rejeitadas no recebimento da Nota Fiscal e Planilha de Serviços para àqueles procedimentos elaborados com especificações diferentes dos constantes do Anexo I e da Proposta Comercial do licitante.

14.2. A licitada será obrigada a manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações por ela assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas no presente edital.

14.3. Por ocasião do cumprimento do ajuste, o vencedor se obriga a fornecer o documento fiscal respectivo em duas vias, bem como a planilha dos serviços realizados.

14.4. A participação no processo licitatório implica em pleno conhecimento do teor do Edital, Anexo I e memorial descritivo, para todos os efeitos legais, não podendo as licitantes em hipótese alguma alegar desconhecimento dos serviços a serem executados, sob alegação de insuficiência de dados e informações sobre quaisquer serviços.

14.5. À PREFEITURA MUNICIPAL DE TARUMÃ fica reservado o direito de rejeitar todas as propostas, a vista das disponibilidades orçamentárias/financeiras existentes, ou ainda, de em qualquer fase do processo anular esta licitação ou ainda revogá-la na ocorrência de fato superveniente devidamente comprovada, com abertura de ampla defesa e do contraditório pela interessada, mediante indenizações que porventura forem devidas.

14.6. A adjudicada fica obrigada a aceitar as mesmas condições ajustadas os acréscimos ou supressões verificadas nos serviços de até 25% (vinte e cinco por cento) do valor dos preços iniciais.

14.7. Em cumprimento ao disposto no art. 41, § 1º, Lei 8.666/93, é garantido a possibilidade de qualquer cidadão impugnar o Edital de Convite, no prazo de 05 dias úteis antes da data fixada para abertura dos envelopes de habilitação.

14.8. Fica vedada a participação de pessoas que se enquadrem nos termos do art. 9º, da lei 8.666/93.

14.9. Integram o presente EDITAL, independente de transcrição os seguintes documentos:

- a) ANEXO I – Termo de Referência;
- b) ANEXO II – Minuta do Contrato;
- c) ANEXO III - Modelo de Procuração e declaração;
- d) ANEXO IV - Memorial Descritivo;

14.10. O valor estimado dos serviços corresponde à R\$ 72.000,00 (setenta e dois mil reais).

14.11. Informações complementares julgadas necessárias deverão ser procuradas pelo interessado no Departamento de Licitação, sito a Rua Aroeira, n.º 482 – Vila das Árvores, ou através do telefone/fax (18) 3373-4500, sempre no horário de expediente.

Tarumã SP, 02 de julho de 2020.

LOUISE CAROLINE G. C. PRADO
PRESIDENTE DA COMUL
PREFEITURA MUNICIPAL DE TARUMÃ

OSCAR GOZZI
PREFEITO MUNICIPAL
PREFEITURA MUNICIPAL DE TARUMÃ

Anexo I - Termo de Referência
Processo nº. 104/2020 – Carta Convite nº. 002/2020.

Objeto: Contratação de pessoa jurídica especializada na prestação de serviços de consultoria e assessoria em administração pública e jurídica.

LOTE 01					
Item	Qtde	Unid	Descrição	VI. Unitário	VI. Total
1	6	MES	SERVIÇO DE ASSESSORIA JURÍDICA PARA A PREFEITURA DE TARUMÃ - CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS TÉCNICOS DE EMPRESA JURÍDICA, SEM VÍNCULO EMPREGATÍCIO, ESPECIALIZADA NA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE CONSULTORIA E ASSESSORIA EM ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA E JURÍDICA, COMPREENDENDO A REALIZAÇÃO MÍNIMA DE 20(VINTE) HORAS SEMANAIS, QUE PODERÃO SER SUPERADAS EM FACE DAS EXIGÊNCIAS DO SERVIÇO E PARA ATENDIMENTO DE PRAZOS ESPECÍFICOS E NECESSÁRIOS, CONFORME MEMORIAL DESCRITIVO.		
2	6	MES	SERVIÇO DE ASSESSORIA JURÍDICA PARA O FUNDO MUNICIPAL DE APOSENTADORIA E PENSÃO FUMAP - CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS TÉCNICOS DE EMPRESA JURÍDICA, SEM VÍNCULO EMPREGATÍCIO, ESPECIALIZADA NA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE CONSULTORIA E ASSESSORIA EM ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA E JURÍDICA, CONFORME MEMORIAL DESCRITIVO.		
VALOR TOTAL: R\$0,00()					

Empresa : _____

CNPJ : _____

Valor Global: R\$ _____ **(** _____ **)**

Validade da proposta : _____

Telefone e e-mail: _____

_____, ____ de _____ de 2020.

Carimbo da Empresa
Assinatura do Responsável

- **Nota: O preço proposto será considerado completo e deverá abranger os custos relativos a todos os tributos (impostos, taxas, emolumentos, contribuições fiscais, parafiscais e previdenciárias), fornecimento de mão-de-obra especializada, leis trabalhistas e sociais, administração, lucros, transporte de pessoal e qualquer despesa acessória e/ou necessária não especificada neste instrumento convocatório.**

3.1. Os serviços deverão ser executados na forma descrita neste edital e seus anexos, observadas as sanções descritas na cláusula X para o caso de atraso ou inexecução dos serviços.

3.2. A responsabilidade da adjudicatária é integral para com a execução do objeto do certame, nos termos do Código Civil Brasileiro, sendo que a fiscalização pela Prefeitura não diminui e nem exclui essa responsabilidade.

3.3. Os serviços serão fornecidos de acordo com o cronograma, com início no prazo máximo de 05 (cinco) dias, contados do recebimento da ordem de serviço emitida pelo departamento municipal competente.

CLAÚSULA QUARTA

DO VALOR DO CONTRATO E DA FORMA DE PAGAMENTO

4. O valor total do presente Termo de Contrato é de R\$ _____ (_____), conforme planilha adjudicatória.

4.1. O pagamento será efetuado mensalmente, após o recebimento dos respectivos serviços, mediante emissão de Nota Fiscal ou Recibo, devidamente entregue e lançada junto ao Almoxarifado Municipal, conferida e assinada pela unidade a que se destina, juntamente com relatório dos serviços prestados, encaminhado para tramitação do Processo de instrução e liquidação junto ao Departamento de Contabilidade, no prazo de até dez dias úteis.

4.2. A Contratante não efetuará pagamento através de transferência bancária.

4.3. Somente serão efetuados pagamentos aos licitantes que não possuam dívida de qualquer espécie e/ou natureza junto à Fazenda Municipal de Tarumã.

4.4. O Município de Tarumã efetuará a retenção da Guia de Previdência Social – GPS (INSS) referente às faturas emitidas.

CLAÚSULA QUINTA

AUMENTO OU DIMINUIÇÃO DO VALOR DO CONTRATO

5. Na ocorrência da necessidade de quantidades maiores ou menores que as estabelecidas nos ANEXOS, até o limite permitido pela legislação vigente de até 25%, serão feitos pedidos adicionais ou reduções equivalentes através da Secretaria Municipal de Assistência Social.

CLAÚSULA SEXTA

DO REAJUSTE DE PREÇOS

6. Não haverá reajuste de preços para o presente objeto, exceto no caso de desequilíbrio econômico-financeiro, o qual deverá ser requerido e provado pelo CONTRATADO, em conformidade com a legislação vigente.

CLAÚSULA SÉTIMA

CRÉDITO ORÇAMENTÁRIO E FINANCEIRO

1. Os recursos necessários ao pagamento deste contrato correrão por conta das dotações orçamentárias:

02.02 - 04.122.0001.2102 – 3.3.90.39 – **40** – Outros Serviços Terceiros Pessoa Jurídica
02.09 - 09.272.0012.2018 – 3.3.90.39 – **833** – Outros Serviços Terceiros Pessoa Jurídica

CLAUSULA OITAVA OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

8. São obrigações da Contratante sem que a elas se limite:

8.1. Fornecer todos os documentos necessários e informações necessárias ao cumprimento deste instrumento;

8.2. Efetuar os pagamentos devidos ao contratado nos valores, formas e prazos avençados.

8.3. Com a finalidade de controlar e fiscalizar, fica o servidor público municipal, Sr.(a). _____, cargo _____, portador da Cédula de Identidade RG n.º _____ e inscrito no CPF n.º _____, designado a atuar na função de Gestor do Contrato.

8.4. A Contratada, reserva-se o direito de não receber os serviços em desacordo com o previsto neste instrumento convocatório, podendo cancelar o contrato e aplicar o disposto no art. 24, inciso XI da Lei Federal nº 8.666/93.

CLAUSULA NONA OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

9. São obrigações da Contratada sem que a elas se limite:

9.1. A licitada será obrigada a manter, durante toda a execução do contrato, compatibilidade com as obrigações por ela assumidas, e todas as condições de habilitação e qualificação exigidas no presente edital.

9.2. Por ocasião do cumprimento do ajuste, o vencedor se obriga a fornecer o documento fiscal/recibo respectivo em duas vias, bem como a planilha dos serviços realizados.

9.3. A licitante vencedora deverá fornecer todo pessoal necessário à realização dos serviços, ficando sob sua responsabilidade todos os encargos e obrigações sociais e trabalhistas, obrigando-se a saldá-los na época certa, vez que seus empregados não manterão nenhum vínculo empregatício com a municipalidade.

9.4. Comparecer sempre que solicitada a Secretaria Municipal de Governo, órgão controlador e fiscalizador dos serviços, em horário por estes estabelecido, a fim de receber instruções e acertar providências.

9.5. É de responsabilidade da contratada, arcar com todo e qualquer dano eventual que venha a ocorrer no âmbito da prestação dos serviços. A contratada será responsável pelo fornecimento, instalação e manutenção de sinalização aos serviços contratados, tendo em vista a prevenção de acidentes.

9.6. Providenciar no prazo de 03 (três) dias à correção de deficiências e / ou irregularidades apontadas pela Contratante;

9.7. Arcar com eventuais prejuízos causados a Contratante e / ou a terceiros, provocados por ineficiência ou irregularidade cometida na execução do contrato;

9.8. Aceitar, nas mesmas condições avençadas no presente instrumento contratual, os acréscimos ou supressões que se fizerem nas compras, respeitados os limites legais, conforme dispõe o § 1º, do artigo 65, da Lei 8.666/93;

9.9. Todo e qualquer dano que venha a ocorrer posteriores aos serviços que seja constatada ser de responsabilidade da empresa contratada deverá ser reconstituído pela mesma. Da mesma forma deverá a empresa contratada se responsabilizar por todos os danos e/ou transtornos que venham a ocorrer a terceiros.

9.10. A contratada deverá no ato da assinatura do Termo Contratual, assinar o Termo de Ciência e Notificação para remessa de ajustes ao Tribunal de Contas do Estado em cumprimento as instruções para acompanhamento de todos os atos da tramitação processual, até julgamento final e sua publicação.

CLAUSULA DÉCIMA DAS SANÇÕES POR INADIMPLÊNCIA

10. O atraso injustificado dos serviços, sem prejuízo do disposto no parágrafo primeiro do artigo 86 da Lei nº. 8.666/93, sujeitará o contratado à multa calculada à ordem de 0,08 % calculado sobre o valor original do termo de contrato, por dia de atraso da obrigação não cumprida.

10.1. O valor da multa será automaticamente descontado do pagamento a que o adjudicatário tenha direito, originário de fornecimento anterior ou futuro, atualizado a data do efetivo pagamento.

10.2. Não havendo possibilidade dessa forma de compensação, o valor da multa atualizado, deverá ser pago, pelo inadimplente na Prefeitura Municipal. Na ocorrência do não pagamento, o valor será inscrito em dívida ativa para cobrança judicial.

10.3. No caso de reincidência da falta, o contrato será declarado rescindido, e a contratada declarada inidônea, sendo a declaração de inidoneidade publicada no DOE e em jornal local de grande circulação.

10.4. A contratada estará ainda sujeita às demais penalidades previstas na Lei 8.666/93 e posteriores alterações.

CLAUSULA DÉCIMA PRIMEIRA DA VIGÊNCIA DO CONTRATO

11. A vigência do termo de contrato será até dia 31 de dezembro de 2020, a contar da assinatura do termo de contrato, podendo ser renovado por outros períodos até o limite previsto no art. 57, Inciso II, da Lei nº 8666/93, devendo a empresa contratada entregar o objeto licitado, conforme estipulado no Cronograma Físico-Financeiro.

11.1. Toda prorrogação contratual se fará mediante formalização de termo aditivo a contrato.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA DA RESCISÃO

12. A inexecução total ou parcial do Contrato enseja a sua rescisão, conforme disposto dos artigos 77 a 80 da Lei nº. 8.666/93 e posteriores alterações.

12.1. Os casos de rescisão contratual serão formalmente motivados nos autos do processo, assegurado o contraditório e a ampla defesa.

12.2. A rescisão do contrato poderá ser:

- a) Determinada por ato unilateral e escrito da Administração Municipal;
- b) Amigável, por acordo entre as partes, reduzida a termo neste convite, desde que haja conveniência para a Administração Municipal;
- c) Judicial, nos termos da legislação vigente sobre a matéria;

12.3. Os casos de rescisão contratual serão formalmente motivados nos autos do processo, assegurado o contraditório e a ampla defesa.

CLAÚSULA DÉCIMA TERCEIRA DO FORO COMPETENTE

13. A interpretação e aplicação dos termos deste instrumento, será regido pelas Leis Brasileiras, em especial pela Lei nº. 8.666/93 e posteriores alterações, ficando eleito o foro da Comarca de Assis, do Estado de São Paulo, o qual terá jurisdição e competência sobre quaisquer controvérsias do Contrato.

E, por estarem assim justas e contratadas, as partes assinam o presente instrumento em 03 (três) vias de igual teor e para único efeito, conjuntamente com as 2 (duas) testemunhas a seguir, a todo ato presentes para que se produza os jurídicos e legais efeitos, comprometendo-se as partes a cumprir e fazer cumprir o presente, por si e seus sucessores em juízo ou fora dele.

Tarumã, ____ de ____ de 2020.

PREFEITURA MUNICIPAL DE TARUMÃ
OSCAR GOZZI
Prefeito Municipal
Contratante

Empresa
Representante legal
Contratada

TESTEMUNHAS:

1. _____
Gleyson Ramos Guimarães Lima
RG nº 32.643.428-8 – SSP/SP

2. _____
Henrique Octavio Benelli
RG nº 391.010.518-14 SSP/SP

TERMO DE CIÊNCIA E DE NOTIFICAÇÃO

CONTRATANTE: _____

CONTRATADO: _____

CONTRATO Nº (DE ORIGEM): _____

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE PESSOA JURÍDICA ESPECIALIZADA NA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE CONSULTORIA E ASSESSORIA EM ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA E JURÍDICA.

ADVOGADO (S)/ Nº OAB: (*) _____

Pelo presente TERMO, nós, abaixo identificados:

1. Estamos CIENTES de que:

- a) o ajuste acima referido estará sujeito a análise e julgamento pelo Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, cujo trâmite processual ocorrerá pelo sistema eletrônico;
- b) poderemos ter acesso ao processo, tendo vista e extraindo cópias das manifestações de interesse, Despachos e Decisões, mediante regular cadastramento no Sistema de Processo Eletrônico, conforme dados abaixo indicados, em consonância com o estabelecido na Resolução nº 01/2011 do TCE/SP;
- c) além de disponíveis no processo eletrônico, todos os Despachos e Decisões que vierem a ser tomados, relativamente ao aludido processo, serão publicados no Diário Oficial do Estado, Caderno do Poder Legislativo, parte do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, em conformidade com o artigo 90 da Lei Complementar nº 709, de 14 de janeiro de 1993, iniciando-se, a partir de então, a contagem dos prazos processuais, conforme regras do Código de Processo Civil;
- d) Qualquer alteração de endereço – residencial ou eletrônico – ou telefones de contato deverá ser comunicada pelo interessado, peticionando no processo.

2. Damo-nos por NOTIFICADOS para:

- a) O acompanhamento dos atos do processo até seu julgamento final e consequente publicação;
- b) Se for o caso e de nosso interesse, nos prazos e nas formas legais e regimentais, exercer o direito de defesa, interpor recursos e o que mais couber.

Tarumã, ____ de _____ de 2020.

GESTOR DO ÓRGÃO/ENTIDADE:

Nome: _____

Cargo: _____

CPF: _____ RG: _____

Data de Nascimento: _____

Endereço: _____

E-mail institucional: _____

E-mail pessoal: _____

Telefone: _____

Assinatura: _____

Responsáveis que assinaram o ajuste:

Pelo **CONTRATANTE:**

Nome: _____
Cargo: _____
CPF: _____ RG: _____
Data de Nascimento: _____
Endereço: _____
E-mail institucional: _____
E-mail pessoal: _____
Telefone: _____

Assinatura: _____

Pela **CONTRATADA:**

Nome: _____
Cargo: _____
CPF: _____ RG: _____
Data de Nascimento: _____
Endereço: _____
E-mail institucional: _____
E-mail pessoal: _____
Telefone: _____

Assinatura: _____

ANEXO III - MODELO DE PROCURAÇÃO E DECLARAÇÕES

DECLARAÇÃO

Obs: Apresentar esta declaração acompanhada da CERTIDÃO DA JUNTA COMERCIAL (Certidão Simplificada expedida pela Junta Comercial, conforme artigo 8º da Instrução Normativa nº 103 de 30/04/2007) ou pelo Cartório de Registro Civil, conforme o caso).

(Razão Social da Empresa), estabelecida a
Rua _____ nº ____ - (bairro), no
município de _____, Estado de
_____, inscrita no C.N.P.J. sob nº
_____, Inscrição Estadual nº
_____, neste ato
representada por seu (sócio/procurador), no
uso de suas atribuições legais, vem:

DECLARAR, para fins de participação no
Processo Licitatório nº. ____/2020 – Carta Convite nº. ____/2020, sob as penas da Lei, que a
sobredita empresa se enquadra perfeitamente nos exatos termos do artigo 3º da Lei
Complementar nº. 123, de 14 de dezembro de 2006, estando apta, portando, a exercer o
direito de preferência como critério de desempate no procedimento licitatório, conforme
disposição contida no item 3, do presente Edital.

DECLARO, outrossim, que a empresa não está
enquadrada em qualquer impedimento previsto no artigo 3º, parágrafo 4º, da LC nº. 123/06.

Era o que tinha a declarar, a fim de produzir os
efeitos jurídicos e legais de direito.

_____, ____ de _____ de 2020.

Razão Social da Empresa
Nome do Responsável/Procurador
Cargo do Responsável/Procurador
Nº. documento identidade

DECLARAÇÃO

(Razão Social da Empresa), estabelecida a
Rua _____ nº ____ - (bairro), no
município de _____, Estado de
_____, inscrita no C.N.P.J. sob nº
_____, Inscrição Estadual nº
_____, neste ato
representada por seu (sócio/procurador), no
uso de suas atribuições legais, vem:

DECLARAR, para fins de participação no
Processo Licitatório nº. ____/2020 – Carta Convite nº. ____/2020, sob as penas da Lei, que
inexistem fatos impeditivos à habilitação e participação no referido certame.

Era o que tinha a declarar, a fim de produzir os
efeitos jurídicos e legais de direito.

_____, ____ de _____ de 2020.

Razão Social da Empresa
Nome do Responsável/Procurador
Cargo do Responsável/Procurador
Nº documento identidade

DECLARAÇÃO

(Razão Social da Empresa), estabelecida a Rua _____ nº ____ - (bairro), no município de _____, Estado de _____, inscrita no C.N.P.J. sob nº _____, Inscrição Estadual nº _____, neste ato representada por seu (sócio/procurador), no uso de suas atribuições legais, vem:

DECLARAR, para fins de participação no Processo Licitatório nº. ____/2020 – Carta Convite nº. ____/2020, sob as penas da Lei, que cumpre e está em situação regular perante o Ministério do Trabalho, no que se refere à observância do disposto no inciso XXXIII, do Artigo 7º, da Constituição Federal.

Era o que tinha a declarar, a fim de produzir os efeitos jurídicos e legais de direito.

_____, ____ de _____ de 2020.

Razão Social da Empresa
Nome do Responsável/Procurador
Cargo do Responsável/Procurador
Nº documento identidade

DECLARAÇÃO

(Razão Social da Empresa), estabelecida a Rua _____ nº ____ - (bairro), no município de _____, Estado de _____, inscrita no C.N.P.J. sob nº _____, Inscrição Estadual nº _____, neste ato representada por seu (sócio/procurador), no uso de suas atribuições legais, vem:

DECLARAR, para fins de participação no Processo Licitatório nº. ____/2020 – Carta Convite nº. ____/2020 para fins do disposto no inciso V do artigo 27 da Lei nº 8.666/93, acrescido pela Lei nº 9.854/99, que não emprega menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de dezesseis anos.

Ressalva: emprega menor, a partir de quatorze anos, na condição de aprendiz ()
(Obs.: em caso afirmativo, assinalar a ressalva acima)

Declara também que atende às normas relativas à saúde e segurança do trabalho, para fins do determinado no parágrafo único, art. 117, Constituição do Estado de São Paulo.

E ainda, na qualidade de empregadora, não tem como Sócio, Representante, Administrador, Diretor, Gerente ou Empregado, pessoa condenada por crime ou contravenção penal, em razão da prática de atos de preconceito de raça, cor, sexo ou estado civil, ou pela adoção de práticas inibidoras, atentatórias ou impeditivas do exercício do direito à maternidade ou de qualquer outro critério discriminatório para a admissão ou permanência da mulher ou homem no emprego, nos termos da Lei Estadual nº 10.218 de 12/02/99.

_____, ____ de _____ de 2020.

Razão Social da Empresa
Nome do Responsável/Procurador
Cargo do Responsável/Procurador
Nº documento identidade

DECLARAÇÃO DE DESIMPEDIMENTO DE LICITAR E CONTRATAR

(Razão Social da Empresa), estabelecida a Rua _____ nº ____ - (bairro), no município de _____, Estado de _____, inscrita no CNPJ sob nº _____, Inscrição Estadual nº _____, neste ato representada por seu (sócio/procurador), no uso de suas atribuições legais, vem:

Declaramos, sob pena de Lei, para fins de participação no Processo Licitatório nº. ____/2020 – Carta Convite nº. ____/2020, que a empresa(razão social/CNPJ) não está impedida de licitar ou contratar com a Administração direta e indireta da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, abrangendo inclusive as entidades com personalidade jurídica de direito privado sob controle do poder público e as fundações por ele instituídas ou mantidas.

_____, ____ de _____ de 2020.

Razão Social da Empresa
Nome do Responsável/Procurador
Cargo do Responsável/Procurador
Nº documento identidade

MODELO DE PROCURAÇÃO

(Este modelo é facultativo, podendo ser utilizado outros modelos)

Eu,.....(sócio proprietário), residente na rua
....., na cidade de, portador da RG
..... e CPF....., venho por meio desta, nomear o
Senhor(a)....., portador do RG....., residente a
rua....., nº....., como meu bastante procurador, para o
fim especial de representar a empresa, situada a rua
(Avenida)....., nº, na cidade de, Estado
de, CNPJ..... e Inscrição
Estadual....., junto a Prefeitura Municipal de Tarumã, SP, no edital de
Licitação Processo nº ____/2020, Carta Convite nº ____/2020, para praticar todos os demais
atos pertinentes ao certame em nome da minha empresa acima citada, inclusive para
assinatura do Contrato.

Por ser expressão de verdade, firmamos a presente declaração.

_____ de _____ de 2020.

Ass.

Anexo IV – Memorial Descritivo

Processo nº. 104/2020 – Carta Convite nº. 003/2020.

Objeto: Contratação de pessoa jurídica especializada na prestação de serviços de consultoria e assessoria em administração pública e jurídica.

LOTE 01 - ITEM 01: SERVIÇO DE ASSESSORIA JURÍDICA PARA A PREFEITURA DE TARUMÃ

DESCRIÇÃO DOS SERVIÇOS:

Os serviços devem compreender as áreas técnico-administrativa e jurídica, devendo ser prestados por profissionais com experiência e sólidos conhecimentos em administração pública, devendo sua atuação estar relacionada com ênfase nas seguintes competências e matérias:

a) assessoria, consultoria e atendimento às consultas formuladas pelo sr. Prefeito Municipal e pelos senhores Secretários Municipais, objetivando o atendimento das determinações do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo;

b) orientação e assessoramento na elaboração de procedimentos objetivando ações preventivas para o atendimento integral das decisões e determinações do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo;

c) atuação direta junto ao Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, especialmente quanto a apresentação de justificativas em decorrência de apontamentos de auditorias na análise das contas anuais, inclusive em autos apartados, se existirem, com a apresentação de defesas, memoriais, sustentação oral, se necessária e apresentação de todos os recursos cabíveis e pertinentes;

d) atuação junto ao Tribunal de Contas do Estado de São Paulo também quanto à análise e apreciação de processos licitatórios, contratos administrativos, exame prévio de edital, representações e denúncias, com a apresentação de justificativas, memoriais, sustentações orais, recursos e outras atuações, se necessário.

e) atuação junto ao Tribunal de Contas do Estado de São Paulo no que se refere à admissão de pessoal, auxílios, subvenções, termos de convênio, acordos e parcerias, com a interposição das manifestações e defesas necessárias, inclusive os recursos pertinentes;

f) atuação junto ao Tribunal de Contas do Estado de São Paulo com a interposição de ação rescisória e de revisão de julgado, após o trânsito em julgado de processo, quando técnica e juridicamente cabíveis.

g) análise, revisão, modernização e adequação da legislação municipal pertinente à criação e funcionamento do Controle Interno, em face dos preceitos constitucionais, legislações infraconstitucionais pertinentes e aplicáveis à espécie, com a apresentação de propostas e minutas de projetos de leis e demais atos necessários ao bom funcionamento da gestão pública;

h) assessoramento e consultoria quanto à efetiva atuação do Controle Interno, em especial em face da análise de seus relatórios e efetiva aplicabilidade quanto a necessária avaliação da gestão municipal;

i) assessoramento, consultoria e orientações aos agentes públicos objetivando a

necessidade de aprimoramento de suas atuações técnico-administrativas;

j) assessoramento, consultoria e orientações quanto à análise e apreciação de indicadores, objetivando à efetiva revisão, atualização e melhoria da performance da administração municipal, quanto ao Índice de Efetividade da Gestão Municipal – IEGM/TCESP

k) prestar assistência jurídica, a nível de supervisão, coordenação, gestão, atendendo a consultas formuladas objetivando o efetivo cumprimento das leis e regulamentos;

l) prestar assistência e o devido acompanhamento na instauração, instrução e conclusão de inquéritos, sindicâncias e processos administrativos;

m) prestar a necessária assessoria, consultoria e assistência na área de recursos humanos, especialmente quanto à forma de admissão, criação de cargos, análise de edital de seleção e/ou concurso público, acumulações de cargos, demissão de servidores e outros atos análogos e inerentes ao setor de pessoal;

n) visitas técnicas à sede da municipalidade para serviços de consultoria e assessoria referente ao funcionamento de sua administração, bem como sobre o atendimento às determinações do Tribunal de Contas, além de orientações e atendimentos jurídico-legais a serem cumpridas;

p) as despesas com cópias reprográficas, telefonemas e/ou viagens realizadas para a execução do objeto da contratação serão suportadas, em sua totalidade, pela contratante;

q) eventual verba decorrente do princípio da sucumbência no limite arbitrado é totalmente desvinculada do presente contrato e isenta de qualquer desconto a teor do disposto no artigo 23 da Lei 8906/94.

- j) assessoramento, consultoria e orientações quanto à análise e apreciação de indicadores, objetivando à efetiva revisão, atualização e melhoria da performance da administração municipal, quanto ao Índice de Efetividade da Gestão Municipal – IEGM/TCESP
- k) prestar assistência e o devido acompanhamento na instauração, instrução e conclusão de inquéritos, sindicâncias e processos administrativos;
- l) revisão, modernização e adequação da legislação de criação e funcionamento do Fundo, em face dos preceitos constitucionais e legislações infraconstitucionais pertinentes e aplicáveis, com suas alterações e atualizações, com a realização de análises, estudos, sugestões, propostas e apresentação das minutas necessárias, de projetos de leis e demais atos necessários e inerentes ao bom funcionamento do Fundo;
- m) prestar assistência jurídica, a nível de supervisão, coordenação, gestão, atendendo a consultas formuladas, emitindo pareceres, inclusive quanto aos pedidos de aposentadorias e pensões, minutas e/ou outros documentos, objetivando o efetivo cumprimento das leis e regulamentos;
- n) prestar a necessária assessoria, consultoria e assistência, quando solicitado, em todos os atos administrativos e judiciais praticados pelo Fundo;
- o) prestar a necessária assessoria, consultoria e assistência na área de recursos humanos, especialmente quanto à forma de admissão, criação de cargos, análise de edital de seleção e/ou concurso público, acumulações de cargos, demissão de servidores e outros atos análogos e inerentes ao setor de pessoal da PREFEITURA e eventualmente do FUMAP;
- p) consultoria, orientação, assessoria e atuação em processos judiciais, desde o seu início até a última instância, nos quais a Prefeitura ou Fundo possa figurar como parte ativa ou passiva;
- q) assessoria, consultoria e atendimento às consultas formuladas pelos órgãos diretivos do Fundo objetivando o atendimento das determinações do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo;
- r) orientação e assessoramento na elaboração de procedimentos objetivando ações preventivas para o atendimento integral das decisões e determinações do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo;
- s) visitas técnicas à sede da municipalidade para serviços de consultoria e assessoria referente ao funcionamento da administração, bem como sobre o atendimento às determinações do Tribunal de Contas, além de orientações e atendimentos jurídico-legais a serem cumpridas;
- t) as despesas com cópias reprográficas, telefonemas e/ou viagens realizadas para a execução do objeto da contratação serão suportadas, em sua totalidade, pela contratante;
- u) eventual verba decorrente do princípio da sucumbência no limite arbitrado é totalmente desvinculada do presente contrato e isenta de qualquer desconto a teor do disposto no artigo 23 da Lei 8906/94.